

A RELAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE NA TEORIA CRÍTICA DE THEODOR ADORNO À LUZ DE SIGMUND FREUD

THE INDIVIDUAL AND SOCIETY RELATIONSHIP IN THEODOR ADORNO'S
CRITICAL THEORY UNDER THE LIGHT OF SIGMUND FREUD

Fabiano Leite França¹

Resumo:

O propósito deste artigo é elucidar alguns elementos do legado de Sigmund Freud que incidem sobre a relação indivíduo e sociedade no pensamento de Theodor Adorno, a partir da apropriação da psicologia social de Freud disposta na teoria crítica de Adorno. Para tanto, será apresentado o diálogo de Adorno com os revisionistas neofreudianos nas décadas de 1920 e 1930 para se compreender os méritos e equívocos desses teóricos no que concerne à recepção da psicanálise de Freud no contexto da teoria crítica de Adorno; em seguida, será demonstrada a assertividade de Freud na explicação da constituição individual e das instituições sociais produtoras da subjetividade por meio do recurso à interpretação freudiana do parricídio perpetrado pela horda primeva; para que, por fim, se possa apresentar os pontos de convergência e divergência entre o pensamento social de Freud e a teoria crítica de Adorno, sobretudo no que concerne à relação indivíduo e sociedade.

Palavras-chave: Adorno. Freud. Indivíduo. Sociedade. Teoria crítica.

Abstract:

The purpose of this article is to elucidate some elements of Sigmund Freud's legacy that affect the relationship between individual and society in Theodor Adorno's thought, based on the appropriation of Freud's social psychology arranged in Adorno's critical theory. To do so, Adorno's dialogue with the neo-Freudian revisionists in the 1920s and 1930s will be presented in order to understand the merits and mistakes of these theorists regarding the reception of Freud's psychoanalysis in the context of Adorno's critical theory; next, Freud's assertiveness will be demonstrated in explaining the individual constitution and the social institutions that produce subjectivity by resorting to the Freudian interpretation of parricide perpetrated by the primeval horde; so that, finally, the points of convergence and divergence between Freud's social thought and Adorno's critical theory can be presented, especially with regard to the relationship between individual and society.

Keywords: Adorno. Critical theory. Freud. Individual. Society.



¹ Doutor em Filosofia pela UFMG. Professor Substituto da UFSJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1759176029941283>, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0993-8033>

Introdução

Partindo-se da relação tensa entre indivíduo e sociedade, expressa no nexo entre o particular e o universal no contexto da teoria crítica de Theodor Adorno, o que se pretende no texto que se segue é percorrer um dos itinerários do filósofo frankfurtiano que concerne à sua apropriação crítica de alguns elementos da psicologia social de Freud, no intuito de: 1) apresentar os aspectos mais significativos do embate de Adorno com os revisionistas neofreudianos durante as décadas de 1920 e 1930, sobretudo aqueles que mais contribuíram para a formulação adorniana acerca da relação indivíduo e sociedade no contexto da apropriação crítica de Freud; 2) demonstrar a assertividade de Freud ao descrever as instâncias sociais produtoras de subjetividade a partir da interpretação freudiana do assassinato do pai da horda primeva; para enfim, 3) expor a crítica adorniana ao legado de Freud no que concerne à constituição das subjetividades no âmbito da relação entre indivíduo e sociedade.

Para esta empresa, será apresentado na primeira seção do artigo os méritos e equívocos do revisionismo neofreudiano, enfatizando a necessidade de “sociologizar” e atualizar a psicanálise de acordo com as transformações sociais observadas a partir dos anos de 1920 e 1930, já apontadas pelos revisionistas e rediscutidas por Adorno; igualmente, demonstrar-se-á nesse momento do escrito o desafeto de Adorno para com o revisionismo na medida em que os principais teóricos dessa corrente negavam a teoria da libido de Freud e propunham uma espécie de síntese reconciliadora entre o id e o superego, operado pelo ego.

Na segunda seção do texto, recorrer-se-á à interpretação freudiana do assassinato do pai da horda primeva, como explicação da formação das instituições e da própria subjetividade; nesse sentido, poder-se-á perceber alguns elementos da psicologia social de Freud na teoria crítica de Adorno, uma vez que se compreenderá que o processo de individuação ou sujeição social é resultante de forças internas ao indivíduo (pulsões) e externas (sociedade).

Por fim, a última seção do texto tomará a relação indivíduo e sociedade em Freud e Adorno, mas colocando em questão o determinismo freudiano ao indagar, com Adorno, até que ponto o indivíduo é determinante em relação ao seu processo de individuação e constituição subjetiva e até que ponto ele é socialmente determinado e subjetivamente constituído de acordo ou não com os desígnios sociais que o coage. Nessa perspectiva, será demonstrada o modo pelo qual a sociedade se expressa no indivíduo – o que Adorno reconhecerá como um legado de Freud -, mas também emergirá daí a crítica de Adorno à posição de Freud, segundo a qual, o ego permanece invariável nos indivíduos, impossibilitando destarte o processo de individuação no âmbito de situações sociais distintas daquelas descritas pelo criador da psicanálise.

Aspectos da diatribe de Adorno com o revisionismo neofreudiano

Contra a liberdade e a autonomia positivas, escassas ou dificilmente realizáveis nas sociedades capitalistas contemporâneas, a resistência negativa às formas coercitivas e totalitárias de dominação vigentes nessas sociedades é palavra de ordem no pensamento de Theodor Adorno. A sociedade se mantém às custas da capacidade inercial dos sujeitos, que se movem mais lentamente e com mais dificuldade se comparados à mobilização das relações econômicas e das forças produtivas. Nessa perspectiva, os sujeitos são momentos reconciliados no todo

social, isto é, parte integrante da totalidade social quando este se afigura como expressão do *status quo*, ou seja, como ideologia. Se, por um lado, o sujeito se conforma à sociedade ideológica por não ser nela um aspecto decisivo, tornando-se desse modo algo contingente dentro do tecido social; por outro lado, é o sujeito – no qual estão sedimentadas as contradições da sociedade – a reserva potencial de negatividade acumulada no domínio do sistema social. Conseqüentemente, o sujeito ainda tem nas mãos a possibilidade de se emancipar dos dispositivos e determinantes – internos e externos – colonizadores da subjetividade e do inconsciente, para transformar os modos de constituição subjetiva e, por conseguinte, a sociedade, podendo, destarte, conduzi-la para além de suas formas prescritivas e limitações normativas.

Para Adorno, a *indústria cultural*² amplia o escopo das forças de integração social do indivíduo, produzindo, reproduzindo e, na medida do possível, conservando os seres humanos tal como eles são. Entretanto, é o próprio filósofo frankfurtiano quem admite que há algo de dogmático e não comprovado nessa ideia. Portanto, a tarefa mais importante da teoria social seria investigar em que medida os homens são formados por mecanismos e fatores sociais internos e externos a eles (Cf. ADORNO, 2008, p. 343). É nessa exata medida que emerge o ensejo para interpor o recurso adorniano à psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939) como alternativa e, em alguns casos, contraposição à versão freudo-marxista³ do “Revisionismo” freudiano dos anos de 1920 e 1930.

Tanto o revisionismo quanto a evocação adorniana à psicanálise têm em comum os marcos históricos da Revolução Russa de 1917 e a ascensão de Hitler ao poder em 1933. Se na antiga União Soviética as classes proletárias agiram racionalmente, isto é, em conformidade com seus interesses, na Alemanha os trabalhadores agiram contrariando seus interesses enquanto classe social ao aderir, junto às classes médias, ao nacional socialismo hitlerista. Por esse motivo, a psicanálise dentro da teoria crítica teve que lançar luz no fator subjetivo para buscar respostas acerca da situação do sujeito no contexto das transformações sociais a partir das primeiras décadas do século XX.

² Termo cunhado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, usado pela primeira vez na obra *Dialética do esclarecimento* (1947), que busca explicar o modo pelo qual o rádio, os jornais, as revistas, o cinema e a produção artística age nos meios sociais, integrando a produção padronizada e o consumo em larga escala e funcionando tanto como um instrumento de integração industrial e social, que representa os interesses econômicos, políticos e ideológicos do capitalismo, quanto como um agente produtor e reproduzidor de subjetividades resignadas, adaptadas e adaptáveis às engrenagens do sistema industrial das sociedades tardo-capitalistas.

³ Embora a teoria crítica da sociedade de Adorno seja vinculada à Marx e Freud em suas linhas gerais, há que se lembrar que Adorno se contrapõe a algumas características da corrente do chamado “Revisionismo” freudiano, sobretudo, aquele capitaneado pelo freudo-marxismo de Erich Fromm (1900-1980) e Karen Horney (1885-1952). Assim como refutara a proposta de Talcott Parsons de união contínua entre psicologia e sociologia, Adorno fará sérias objeções à tentativa revisionista de reconciliar psiquismo e totalidade social, sobremaneira no que tange ao ensejo de Fromm e Horney de eliminar as tendências conflitantes entre ambos e de esvaziar o conteúdo crítico da teoria freudiana das pulsões de vida e de morte, ao considera-las de teor demasiado biologizante. Ao contrário, os revisionistas vão aderir à velha dicotomia de Freud entre as pulsões eróticas e de autopreservação. Ademais, os revisionistas eram, graças às suas esperanças marxistas em relação à redenção do proletariado, hostis ao pessimismo de Freud e acreditava ainda que o “complexo de Édipo” não era uma tendência universal e dominante, mas aplicada exclusivamente às sociedades patriarcais e, depois, às sociedades burguesas, o que, segundo Fromm, tornava o diagnóstico de Freud unilateral.

A teoria crítica de Adorno, em seu alvorecer, incorporara a psicanálise de Freud, mas partindo do pressuposto que a concepção marxista segundo a qual o proletariado seria o sujeito que protagonizaria as transformações sociais na Europa ocidental, impondo seus interesses revolucionários à burguesia como classe dominante, já havia sido superada. Como nada disso ocorrera, isto é, como não houve a redenção do proletariado e tampouco despontara uma sociedade sem classes via revolução do proletário oprimido, a psicanálise é evocada para explicar o modo pelo qual a classe operária, ao contrário do que dela se esperava, agira contra os seus próprios interesses e favorecendo as forças ideológicas que a oprimia. Por essas razões, Adorno inicia um processo de distanciamento de alguns pressupostos do marxismo mais ortodoxo; porém, tomando a classe operária e os indivíduos que a compõe como exemplo contíguo da relação entre indivíduo e sociedade no capitalismo tardio. A psicanálise é apropriada, nesse sentido, na condição de instrumento para explicitar não apenas as ações irracionais dos indivíduos que inibem seus impulsos contrários à ordem estabelecida que os coage, mas também enquanto ferramenta para a compreensão dos mecanismos constitutivos da psique humana, formadora da subjetividade e de seus modos de determinação, verificados nos impulsos, nos desejos, nas ações e na repercussão desses aspectos no contexto social e político, bem como na reincidência das normatividades social e politicamente efetivadas na vida pulsional do indivíduo.

O culturalismo neofreudiano, encampado pelos revisionistas, considerava que as ideias de Freud eram demasiadamente condicionadas ao contexto em que foram postuladas, contexto de moralidade repressiva, patriarcal e com fortes traços do determinismo darwinista e biologizante; tudo isso, segundo o revisionismo, permeara as concepções do criador da psicanálise clínica, datando seu diagnóstico. No entanto, para essa nova corrente da psicanálise, a teoria de Freud deve ser reformulada à luz das interpretações de Marx, das novas concepções de psicologia, da antropologia, da situação social da mulher, da homossexualidade, do casamento, enfim da nova configuração social emergente a partir dos anos de 1920 e 1930. Adorno (2015, p. 44) admite que o demérito do revisionismo neofreudiano foi “sociologizar” a psicanálise, tornando-a mais realista ao atualizá-la consoante necessidades e mudanças históricas; contudo, o filósofo pondera que, embora Freud, por razões objetivas, não tenha se detido nas consequências sociais de suas análises teóricas ao ater-se na explicação da estrutura pulsional do indivíduo, em obras como *O mal estar na civilização*, *Psicologia das massas e análise do eu*, *Totem e tabu*, *Moisés e o monoteísmo* e outros escritos associados à psicologia social, o fundador da psicanálise teria lançado as bases sem as quais a teoria social seguiria claudicante⁴.

⁴ É o próprio criador da psicanálise quem antecipadamente nega a generalização adorniana segundo a qual Freud não se deteve suficientemente no resultado social da teoria psicanalítica; muito embora Adorno reconheça o ganho em objetividade na teoria freudiana, na medida que seu proponente mantém a fidelidade na análise do indivíduo. O alibi de Freud (Cf. 1921, p. 81) é expresso quando o psicanalista diz que a psicologia individual se relaciona com o homem enquanto indivíduo e investiga os modos por meio dos quais esse indivíduo encontra satisfação para seus impulsos movidos pelos instintos; apenas excepcionalmente a psicologia individual abre mão da análise do indivíduo em sua relação com os outros. Nessa perspectiva, a psicologia individual é, igualmente, psicologia social, segundo Freud. Ou seja, para Freud, deter-se na análise do indivíduo é, simultaneamente, compreender a vida social.

As bases teóricas da psicanálise às quais Adorno se refere estão associadas à descoberta do inconsciente⁵ e à teoria das pulsões, como “história interna” da libido. Os revisionistas negavam a teoria da libido ao ignorar parte da interação genética do ego com o id, dando maior importância àquele, e partindo da crença em uma suposta capacidade do ego de restringir as pulsões libidinais, sobretudo as pulsões destrutivas e enfatizando a capacidade de uma suposta síntese reconciliadora do id e do superego operada pelo ego. Além disso, Adorno acusa os revisionistas de atenuar o papel das experiências infantis e dos choques traumáticos no desenvolvimento da personalidade, características para as quais Freud demonstrara grande sensibilidade. Uma vez que se opunham aos impulsos singulares e fragmentados dos choques traumáticos – elementos constitutivos da personalidade, segundo Freud – os revisionistas apontam para a construção de um tipo de personalidade harmonizadora desses fragmentos, com ênfase na totalidade como síntese do ego, o que representaria, consoante Adorno, a imagem especular do *status quo* na psique do indivíduo. Jay (2008, p. 153) descreve o desabono do filósofo frankfurtiano em relação ao revisionismo neofreudiano da seguinte maneira:

Em termos mais gerais, o tão decantado "aperfeiçoamento" sociológico de Freud pelos revisionistas correspondia a pouco mais de um encobrimento das contradições sociais. Ao retirar as raízes biológicas da psicanálise eles a haviam transformado numa espécie de *Geistwissenschaft* e num meio de higiene social. Sua dessexualização era uma negação do conflito entre essência e aparência, do abismo entre a satisfação verdadeira e a pseudofelicidade da civilização contemporânea. Adorno afirmou que Fromm errava muito em negar a base sexual do sadismo, no exato momento em que os nazistas a vinha exibindo da maneira mais flagrante. Em última instância, as implicações do trabalho dos revisionistas eram conformistas, a despeito de seus desmentidos, o que se demonstrava especialmente pelo seu crescente moralismo. Não havia desculpa para a absolutização das normas morais, assinalou Adorno enraivecido; elas estavam sob suspeição desde que Nietzsche apontara suas raízes psicológicas.

Há ainda uma outra objeção de Adorno no que tange à posição teórica dos revisionistas, que diz respeito à herança pessimista da teoria crítica em relação à natureza humana, ruminada na história da filosofia pelo menos desde Thomas Hobbes (1588-1679); o filósofo de Frankfurt refuta o otimismo exagerado acerca da capacidade de um ego reconciliador dos neofreudianos ao postular que a absolutização do mal na natureza humana, de orientação hobbesiana, representava bem melhor a realidade do que a confiança otimista e afirmativa dos revisionistas. Assim como Arthur Schopenhauer (1788-1860), Freud identificará a civilização com a fixação e repetição de uma pulsão desejante cega, surda e transgressora, contra a qual os revisionistas eram demasiado otimistas; confiança que se expressa na crença desses teóricos de que poderia haver uma mudança, capitaneada pelo ego, que romperia o ciclo do eterno retorno da malevolência e da violência humana. Se essa tornara-se a atitude geral dos pensadores mais ortodoxos do *Institut für Sozialforschung*, e de Adorno especificamente, contra o otimismo de Fromm e dos revisionistas sob sua batuta, não poderia ser diferente que o pensamento adorniano se ancorasse no bastião insurgente das antinomias da

⁵ Na segunda tese de Adorno, *O conceito de inconsciente e a teoria transcendental da psique*, o filósofo distingue a psicanálise das teorias psicológicas que a precederam, valorizando o caráter empírico do método clínico e defendendo a noção freudiana de inconsciente de cunho não metafísico (Cf. DUNKER, 2015, p. 13).

teoria psicanalítica de Freud, munindo-se desta para sua contenda contra os revisionistas.

Adorno vale-se do princípio de não identidade para sustentar tanto a irreducibilidade da psicanálise às categorias sociológicas quanto da integração da sociologia à psicanálise; pois, em ambos os casos se pratica um ato de violência na medida em que se dissolve o particular ou uma determinada particularidade com vistas à sua integração em uma totalidade que, uma vez integrada, se afigura como uma totalidade universal. Se na tentativa de redução da sociologia à psicanálise o alvo da crítica adorningana é Talcott Parsons; na sociologização da psicanálise o parecer de Adorno se dirige contra os revisionistas. Em ambos os casos, desponta-se a tendência de sacrificar o conteúdo de verdade do freudismo que veementemente compreende o particular não idêntico – nesse contexto, o indivíduo – como cifra ou índice do todo – a sociedade. Uma vez mais, há que se recobrar dessas interpretações o caráter necessário da mediação dialética dos extremos no intuito de evitar falsas reconciliações entre o particular e o universal. Acerca da relação entre essas duas categorias, à luz da psicanálise, Adorno (2008, p. 271-272) atesta que:

a dialética do particular e do universal sob a forma em que foi apresentada por Hegel, em que o particular é o universal e o universal é o particular, foi redescoberta por Freud, à revelia da Psicologia, em seu grandioso esboço científico. Freud efetivamente descobriu que o núcleo interior em que se baseia a psicologia do indivíduo singular é ele próprio um universal: ou seja, certas estruturas muito gerais, embora de tipo arcaico, do nexos social em que se situam os seres individuais.

Para Adorno, a relação mediada entre psicanálise e teoria crítica se fundamenta na concepção de que o indivíduo particular, tal como fora esquadrinhado no pensamento de Freud, seria um meio necessário para a compreensão dos determinantes e das contradições sociais que perpassam e determinam a subjetividade, haja vista que a irracionalidade do sistema social se expressa na psique individual sem que os sujeitos, na maioria das vezes, tenham consciência disso. Em sua insistência no indivíduo “atomizado”, Freud, à diferença de seus predecessores revisionistas, descortinara a presença do social na psique ao constatar nela a sedimentação de elementos de normatização e dominação social - recorrentes desde as primeiras organizações sociais até a constituição do que hoje se conhece como civilização -, tais como a proibição do incesto e a internalização de normas de conduta.

A morte do pai da horda primeva e a emergência do totem e do tabu

No contexto da análise da formação do caráter do indivíduo no âmbito dos grupos sociais, não obstante Freud acredite que existam os chamados processos narcisistas, nos quais a satisfação dos instintos individuais está em contraste e fora da zona de influência externa - isto é, das pessoas ou grupos com os quais o indivíduo se relaciona -, o psicanalista vienense assevera que:

A psicologia de grupo interessa-se assim pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma profissão, de uma instituição, ou como parte componente de uma multidão de pessoas que se organizam em grupos, numa ocasião determinada, para um intuito definido (FREUD, 1921/1996, p. 82).

Consoante Freud, os indivíduos associados em um grupo constituem um elo de ligação, uma mente coletiva que caracteriza o grupo, e é a partir da observação das alterações nas reações do indivíduo, no seio da agremiação na qual ele se insere, que a psicologia de grupo se apropria de seu material. Embora Freud aponte para o fato de que nenhuma das afirmativas do polímata francês Gustave Le Bon (1841-1931) apresente algo novo para a análise do ego e para a psicologia das massas, o psicanalista vienense irá reconstruir o nexos entre ambos a partir da noção de Le bon de que os atos e sentimentos de um grupo são contagiosos ao ponto de fazer com que o indivíduo nele inserido sacrifique o interesse pessoal em nome do interesse coletivo (Cf. FREUD, 1921/1996, p. 86). Le bon aponta também a identificação da mente grupal com o padrão mental dos povos primitivos e Freud acrescenta, nessa direção, que o líder do grupo, cujo arquétipo totêmico⁶ personifica-se na figura do pai da horda primeva, subsiste como um ego narcisista com poucos vínculos libidinais, pois, o líder não ama ninguém a não ser a si próprio e as pessoas que atendam prontamente suas necessidades. Referindo-se ainda ao pai da horda primeva, Freud (1921/1996, p. 134) atesta que: “Ele, no próprio início da história da humanidade, era o ‘super-homem’ que Nietzsche somente esperava do futuro”.

O assassinato do pai primevo, expressão efetiva do totem e gerenciador das proibições do incesto e da imposição da ordem por meio da força, teria sido um ato de associação e rebeldia dos filhos. O parricídio configuraria uma ordem social exigida e estabelecida a partir do sentimento de culpa dos filhos pelo assassinato do pai, cuja figura será internalizada – como superego – nas regras de convívio e nas proibições. Se outrora o pai primevo representava o totem como figura de respeito, admiração, temor e devoção; agora, depois do parricídio, ele será a expressão mesma dos tabus que se impõem depois da revolta. Uma vez que o sentimento de culpa remonta ao assassinato do pai primevo, trata-se de um caso de remorso, mas que se expressa de maneira ambivalente no que tange aos sentimentos em relação ao pai, já que o parricida ou os parricidas amava (m), mas também odiava(m) o pai, justamente por este não permitir que aquele(s) realizasse(m) suas pulsões e desejos avessos à manutenção do “equilíbrio” do grupo. Satisfeito o ódio via agressão, o amor retoma o primeiro plano na identificação com o pai por meio do superego como agente do poder paterno e punição pelo ato de agressão, que se estende enquanto proibição que impede a repetição do ato. Tal proibição demonstra que a civilização se unifica em um grupo estreitamente ligado, na medida em que, paradoxalmente, obedece a um impulso erótico e simultaneamente fortalece o sentimento de culpa (Cf. FREUD, 1930, p. 135).

A violação do tabu implica uma atitude individual de gratificação dos desejos reprimidos que tende a despertar o desejo e a necessidade de satisfação e realização desse mesmo desejo nos outros membros da comunidade; daí a prescrição normativa de punição do transgressor, fato que fundamenta todo o sistema penal humano e denota a existência de impulsos reprimidos tanto no criminoso quanto na sociedade que dele se vinga. Freud (1913/1996, p.52) dirá

⁶ Se o arquétipo se define enquanto um tipo ou modelo primitivo que se repete e se atualiza nas práticas quando é evocado em práticas rituais e cotidianas, o totem é um símbolo sagrado e emblemático – de um grupo, clã ou família – que pode ser representado por uma planta, animal, objeto ou fenômeno, que quando cultuado instaura uma atmosfera de poderes sobrenaturais, segurança e proteção.

que “o tabu tornou-se o método comum de legislação nas comunidades por ele afetadas e veio a servir objetivos sociais que por certo são mais recentes que o próprio tabu: tais, por exemplo, são os tabus impostos por chefes e sacerdotes para a proteção de seus próprios privilégios e propriedades”. Mas, a transgressão das proibições tende a propagar-se de maneira contagiosa, pois, aquele que viola o tabu torna-se, ele mesmo, um tabu, pois, representa a permissão e a tentação em relação aos outros de fazer o proibido; por isso, ele deve ser considerado um exemplo contagioso e que deve ser evitado. Logo, “a base do tabu é uma ação proibida, para cuja realização existe uma forte inclinação do inconsciente” (FREUD, 1913/1996, p. 49). Nessa perspectiva, a história do tabu pode ser reconstruída a partir dos modelos das proibições obsessivas na antiguidade primeva, impostas violentamente pelas gerações anteriores como antídoto às inclinações mais fortes dos indivíduos.

Freud acrescenta ainda que, uma vez que o passado está preservado na vida mental, a atitude religiosa, a necessidade do cuidado paterno, bem como a criação das regras morais, das leis e das instituições remontam ao sentimento de desamparo infantil, aspecto intimamente associado ao medo da perda da proteção e do amor do protetor; perdas que, de certo modo, se efetivam e se atualizam desde o assassinato do pai. O psicanalista vienense reforça essa concepção ao dizer que:

A derivação das necessidades religiosas, a partir do desamparo do bebê e do anseio pelo pai que aquela necessidade desperta, parece-me incontrovertível, desde que, em particular, o sentimento não seja simplesmente prolongado a partir dos dias da infância, mas permanentemente sustentado pelo medo superior do Destino. Não consigo pensar em nenhuma necessidade da infância tão intensa quanto a da proteção de um pai (FREUD, 1930/1996, p. 80).

No entanto, Freud assegura que os regulamentos socialmente estabelecidos pelos próprios indivíduos não representam benefício e proteção aos seus propositores, apresentando-se, por isso, como fonte de sofrimento; ora, o sofrimento está no polo oposto do prazer e da felicidade na economia libidinal. De acordo com Freud, o sofrimento advém de três fontes principais, a saber, (i) do poder superior da natureza sobre o homem, (ii) da fragilidade do corpo humano e (iii) das regras que compelem o indivíduo ao ajustamento à família, à sociedade e ao Estado. A despeito dessa constatação, Freud amargamente conclui que: “Nunca dominaremos completamente a natureza, e o nosso organismo corporal, ele mesmo parte dessa natureza, permanecerá sempre como uma estrutura passageira, com limitada capacidade de adaptação e realização” (FREUD, 1930/1996, p. 93). O fato é que o desenvolvimento da ciência, o domínio técnico e a subjugação da natureza, não aumentou a satisfação dos prazeres e, por conseguinte, a felicidade humana; pelo menos não tanto quanto se esperava. Com efeito, o poder sobre a natureza não pode ser a única condição prévia para a felicidade.

Ora, a busca da felicidade, enquanto satisfação dos instintos e impulsos individuais – cuja realização aliviaria o sofrimento –, quando confrontada com as reivindicações do grupo, parecem ser dois interesses irreconciliáveis. Desponta aqui o protesto de Freud contra a ideia – de cunho iluminista – de que a civilização significa um caminho gradativo que conduz à perfectibilidade humana. Na tentativa de explicar o caráter naturalmente agressivo e egoísta do ser humano, Freud

(1930/1996, p. 116) cita o aforisma *Homo homini lúpus*⁷ para corroborar sua crença na predisposição instintiva original e auto subsistente do homem para a agressão e acrescenta, doravante, que essa inclinação perturba os relacionamentos dos indivíduos entre si e põe à prova os esforços da civilização para mitigar os conflitos humanos, os quais representam uma ameaça constante à desintegração da sociedade civilizada. Nas palavras de Freud (1930/1996, p. 126),

o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e com este divide o domínio do mundo.

Não obstante, muitos sejam os caminhos que podem conduzir à felicidade, nenhum o faz com segurança. Em registro freudiano, felicidade e segurança são grandezas inversamente proporcionais, cuja reconciliação não seria uma dádiva da vida civilizada. Consequentemente, o que foi proposto até então tende a sustentar a concepção de que a civilização é a grande responsável pelo destino desafortunado do indivíduo e, por essa razão, deveria ser abandonada, em nome de uma retomada do passado primitivo, e que tal retomada implicaria, na prática, na superação do superego internalizado com a consequente satisfação dos impulsos e desejos sedimentados no id, outrora recalcados no decorrer do processo civilizatório. Não. O retorno a um “estado de natureza”, como já descrevera os filósofos contratualistas, seria uma forma de regressão em que prevaleceria a violência e o egoísmo natural, desencadeando a “luta de todos contra todos”; todavia, a prevalência do “estado civil”, apesar de seus benefícios e vantagens, é insuficiente para reconciliar as contradições entre segurança e felicidade, bem como é impotente - graças à interiorização da culpa como “pecado original” insuflado pelo assassinato do pai da horda primeva - para constituir um ego capaz de reconciliar as pulsões do id e a normatividade imposta pelo superego.

Adorno corrobora e, de certo modo, atualiza essas diretrizes do pensamento de Freud ao compreender que a sobrevivência do ser humano nas sociedades burguesas capitalistas é dependente do próprio desenvolvimento do ego; desenvolvimento associado tanto à dominação humana sobre a natureza externa e interna (em relação ao indivíduo) quanto ao isolamento do ser humano em relação ao mundo social. O autor explicita essa posição ao dizer que:

Os homens sempre tiveram que escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu. Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sob seu influxo, levado pela mesma dominação (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 38).

Adorno entende que a constituição do ego individual, ou seja, a capacidade de individuação, é o resultado do desenvolvimento do instinto de preservação transfigurado na forma de racionalidade técnica; processo que, com a emergência histórica da burguesia e o advento da indústria cultural no seio do capitalismo tardio, faz com que a individuação se efetive como pseudo individuação, na

⁷ Frase atribuída ao dramaturgo romano Tito Márcio Plauto (254-184 a.C.), mas que ficou mais amplamente conhecida por meio de Thomas Hobbes, depois de ter citado o aforisma em sua obra *Do cidadão* (1642).

mediada em que nessa fase do capitalismo há uma negação da tensão na relação entre indivíduo e sociedade que, embora perpetue “o indivíduo como se ele fosse independente, submetem-no ainda mais profundamente a seu adversário, o poder absoluto do capital” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 99).

O legado de Freud na explicação adorniana da relação indivíduo e sociedade

A individuação e os fatores formadores da individualidade são interiorizações de imposições, necessidades e exigências sociais, haja vista que o momento coletivo e social se impõe sobre a camada mais profunda do indivíduo, mais enraizada da individuação, isto é, se impõe no estrato mais inacessível às dinâmicas pulsionais do indivíduo. O indivíduo habita a sociedade desde dentro (está vinculado a ela) e estabelece uma relação tensa para com ela na medida em que é o seu outro, justaposto em contraposição a ela (Cf. COHN, 2008, p. 32). No entanto, complementa Safatle (2019, p. 37): “A vida psíquica é o eixo dos processos de sujeição social, e também o início de sua emancipação”. Ora, como a relação indivíduo e sociedade diz respeito a uma relação mediada, ambos se determinam reciprocamente enquanto expressão de uma gramática de conflitos e contradições entre desejos e pulsões por um lado e recalque e repressão por outro. Essa concepção permite compreender a maneira pela qual o filósofo frankfurtiano se vale da teoria psicanalítica de Freud para explicar a mediação indivíduo e coletividade, recorrendo tanto à dialética das pulsões do id com o ego quanto deste com as forças normativas do superego, manifestas nos mecanismos coercitivos e nos dispositivos de normatização das sociedades administradas no contexto do capitalismo tardio. Nesse sentido, Adorno (2008, p. 269) assegura que:

O tema dialético repousa no fato de Freud haver descoberto na elaboração de seu próprio material, genuinamente, que quanto mais profundamente se mergulha nos fenômenos da individuação dos seres humanos, quanto mais irrestritamente se apreende o indivíduo em sua dinâmica e seu resguardo, tanto mais perto se chega àquilo que, no indivíduo, já não é propriamente indivíduo.

Adorno se dispõe do conceito freudiano de “imagens arcaicas”, discutido pelo psicanalista na obra *Moisés e a religião monoteísta*, alegando que são imagens impossíveis de ser explicadas através do trabalho psicanalítico com o indivíduo, haja vista que os mecanismos de interpretação individual se detêm diante dessas imagens, caracterizadas por Freud como herança coletiva, ou seja, “inconsciente coletivo”, sedimentado nos indivíduos (Cf. ADORNO, 2008, p. 267). Ora, a individuação, enquanto variabilidade humana, depara-se com as “imagens arcaicas”, cuja herança acorrenta os indivíduos na condição invariável de seres coletivos. Fato que supõe a inelutabilidade das relações de dominação social ao mesmo tempo em que se distancia da sociologização da psicologia proposta pelos revisionistas. Com efeito, Adorno pressupõe que Freud compreendesse a condição social do indivíduo; não, em princípio, a partir do conjunto ou da coletividade, mas a partir de seu elemento fundamental, o próprio indivíduo. Contudo, o conceito aceitável de sociedade⁸ está obstado em decorrência da dificuldade da constituição plena de sujeitos, não podendo haver, assim, uma referência adequada a sujeitos;

⁸ O conceito de sociedade não é algo dado, assim como não é apenas um nome; é uma categoria mediadora que não se esgota em qualquer referência universal abstrata (na ideia de humanidade, por exemplo) e tampouco em um singular abstrato (o indivíduo) (Cf. Cohn, 2008, p. 32).

consequentemente, “o próprio conceito de sociedade deve ser crítico, não simplesmente positivo ou afirmativo” (COHN, 2008, p. 32). O caráter crítico do conceito de sociedade denota sua insuficiência, pois não preenche a ideia de uma associação livre, isto é, uma sociedade formada por seres humanos livres; que, em última instância, se configuraria como uma totalidade antagônica, dado as diferenciações específicas entre os indivíduos.

Entretanto, nem tudo que ocorre no campo da psicologia individual deve ser atribuído à sociedade. A psicologia se ocupa do indivíduo, do homem individual; entretanto, a individuação depende de uma relação mediada e tensa entre indivíduo e sociedade;

pois a individuação, isto é, que os seres individuais de certo modo se separam da sociedade, contrapondo-se a ela, também remete à condições naturais, a saber simplesmente que nós chegamos ao mundo como seres individuais e não como bancos de corais. A seguir, contudo, essa relação ainda é reproduzida pela conformação da sociedade, porque a sociedade é constituída ela própria pela forma dominante da troca entre contratantes individuais como uma sociedade individualista, de modo que justamente a categoria do indivíduo, em geral considerada como contraposta à sociedade e por isso excluída da sociologia, é uma categoria social em seu sentido mais pleno” (ADORNO, 2008, p. 267).

Em outras palavras, a individuação como categoria social, “encerra em si mesma um particular e um universal: a necessária distinção de ambos já tem o caráter de falsa abstração” (ADORNO, 2000, p. 157). Ora, a individuação postula a contraposição do indivíduo em relação à sociedade, mas sem hipostasiá-lo em uma categorização universal. Sob esse viés, o indivíduo é a substância da sociedade e não o contrário; esse é o aspecto fundamental da concepção adorniana de individuação, uma vez que enfatiza a relação mediada e de determinação recíproca entre indivíduo e sociedade.

Ao se ater à dinâmica psíquica, compreendendo a diferenciação no movimento interativo entre o consciente e o inconsciente, pode-se perceber tanto a individuação como o coletivo em suas relações mediadas. Deslocando o olhar do todo social para o indivíduo, entendido enquanto sujeito agente e paciente na produção dos signos sociais, Adorno insistirá na ideia de que os determinantes sociais se sedimentam na psique e determinam os modos de constituição subjetiva, sem que o indivíduo tenha, necessariamente, consciência disso. Nessa perspectiva, é possível compreender como o filósofo apreende o universal no particular na relação indivíduo e sociedade ao se remeter à psicanálise de Freud; pois, a psicologia é a agência mediadora do modo pelo qual o geral se impõe sobre o indivíduo e o equívoco da teoria social seria justamente abrir mão da mediação por parte da subjetividade individual. Adorno (Cf. 2008, p. 274) atesta que a Escola de Frankfurt inseriu desde muito cedo ponderações psicológicas no âmbito da chamada teoria objetiva da sociedade, para compreender a extensão da sociedade no interior dos indivíduos, bem como para dimensionar as razões pelas quais a maioria dos seres humanos agem contra seus interesses racionais, haja vista que essas ações são também determinadas pelos impulsos inconscientes do id, sob os quais o ego não tem controle. Cumpre lembrar aqui que Adorno corrobora a concepção de Freud de que os impulsos inconscientes do id são determinantes das constituições subjetivas; ao mesmo tempo em que nega a capacidade de síntese do ego como forma de superação das pulsões destrutivas do id.

Assim como a psicanálise, a teoria crítica e social de Adorno se propõe a lançar luz nas especificidades do objeto - nesse caso, o indivíduo - analisado na tentativa de perceber nelas o todo - a sociedade -. Visando compreender a relação entre o particular e o universal; na esteira da interpretação adorniana da psicanálise de Freud, Rouanet (2001, p. 107) afirma que:

Apenas, a relação com o todo não é estabelecida para dissolver, através de um princípio universal, a integridade do particular, mas para descobrir o universal no particular, e através dele. Seu método consiste em levar tão a sério o particular - mesmo o mais insignificante - que este acabe falando, e nesta fala revele aquilo que o transcende.

Embora não haja nenhum particular que possa ser considerado “insignificante” - como ressalta Rouanet - em Freud e tampouco em parte alguma na teoria crítica de Adorno, Rouanet é assertivo na interpretação da apropriação adorniana de Freud, corroborando inclusive o modo pelo qual a crítica imanente opera no sentido de sustentar a relação tensa e mediada entre a parte e o todo ao compreender o indivíduo enquanto mônada social. Há um antagonismo permanente entre o particular e o universal no âmbito do social, que expressa o antagonismo entre o indivíduo e a sociedade; porém, a totalidade da história em curso impede os indivíduos de alcançar uma verdadeira condição subjetiva, a individuação, dado sua conformação (voluntária e involuntária) à sociedade; pois: “Quanto mais os sujeitos são presas da sociedade, quanto mais intensa e completamente eles são determinados pelo sistema, tanto mais o sistema se conserva não apenas mediante a aplicação de coações aos sujeitos, mas até mesmo por intermédio deles” (ADORNO, 2008, p. 341).

Embora a teoria crítica de Adorno endosse os aspectos sobrescritos da psicanálise freudiana, o filósofo frankfurtiano objeta que em virtude da crença de Freud em uma suposta invariabilidade e constância do eu, idêntico em todos os seres humanos, o psicanalista vienense subestimara a possibilidade da individuação; ou seja, Freud ignorara as possibilidades de variabilidade da estrutura das constituições subjetivas em situações históricas e sociais adversas daquelas descritas pelo autor, bem como das novas constituições subjetivas resultantes do confronto entre o indivíduo e a coletividade, como possibilidades latentes de reconfiguração tanto da estrutura pulsional do indivíduo quanto das transformações sociais daí decorrentes. Se por um lado Freud, a despeito dos revisionistas, reconhece um eu irreconciliado frente à tríplice estrutura (id, ego e superego); por outro lado, ele cristaliza essa estrutura ao entender que ela, ainda que afigurada enquanto “totalidade antagônica” e irreconciliada, permanece idêntica a si mesma no decorrer de suas experiências; fato que procede, segundo Freud, pelo menos desde a formação dos primeiros grupos sociais. Não resistir a essa herança arcaica supostamente imutável e universal seria o prenúncio da aceitação tácita da dominação social como algo inevitável.

Todavia, Gilian Rose (Cf. 2014, p. 122) aponta problemas na apropriação adorniana da teoria psicanalítica, considerando-a unilateral na medida em que Adorno não explicita adequadamente os ‘macro-fatores’ que definem as formas de dominação. Nessa perspectiva, Rose exige de Adorno a delimitação detalhada dos meios através dos quais o poder se difunde e torna-se onipotente no âmbito da organização social. Ademais, a autora atesta que ao equacionar os conceitos de ideologia, dominação e reificação, Adorno cria um grande imbróglio, soterrando a

possibilidade de inserir o indivíduo no contexto social e político de maneira satisfatória.

A crítica de Rose é patente ao menos no que tange aos usos indiscriminados dos referidos conceitos; pois, o sistema de pressuposições desde os quais Adorno erige suas análises sociais, isto é, os postulados de Hegel, Marx e Lukács, dos quais, o filósofo se apropria e na maioria das vezes não faz a gentileza de indicar seus usos, apontando a origem e os desdobramentos. No entanto, a exigência de Rose é carente de fundamentação ao olvidar que o que chamou de “macro-fatores”, são variações dialéticas cujo campo semântico busca descrever a trajetória da subjetividade; trajetória cujos elementos se tornam bastante evidentes na própria análise da incidência das teorias de Freud no pensamento de Adorno.

Considerações finais

Ainda que de forma modesta e sucinta, foi possível nesse artigo apresentar os aspectos fundamentais da crítica adorniana aos revisionistas neofreudianos, bem como demonstrar o modo através do qual o legado freudiano contribuiu para com o parecer de Adorno acerca das sociedades tardo-capitalistas, sobretudo no que tange à relação indivíduo e sociedade. Nesse sentido, pôde-se perceber que os dispositivos da psique, descritos por Freud, foram de grande valor para explicação dos processos de construção da subjetividade no contexto das sociedades analisadas por Adorno.

Buscou-se também explicitar a interpretação adorniana de que se por um lado os revisionistas foram assertivos em atualizar a psicanálise freudiana consoante as transformações sociais ocorridas a partir dos anos de 1920 e 1930; por outro lado, eles se equivocaram ao sociologizar a psicanálise, negar a teoria da libido e ao propor uma reconciliação entre o id e o superego capitaneada pelo ego e, por isso, Adorno corrige freudianamente os revisionistas.

A mobilização do recurso freudiano à narrativa do assassinato do pai da horda primeva, como explicação da constituição do totem e do tabu, isto é, da consolidação de normas, regras e valores sociais sobre o pilar da culpa foram aspectos decisivos para a construção da teoria social de Adorno, sobremaneira no que concerne à relação indivíduo e sociedade, uma vez que as instituições sociais e a subjetividade se inscrevem em uma dialética de determinação recíproca. Contudo, se Freud atribuiu um caráter estático e estruturante do eu e, por isso, o indivíduo e com ele a subjetividade seria estática e imutável, Adorno aponta para as possibilidades de uma individuação na qual o eu, em circunstâncias históricas e sociais distintas daquelas descritas por Freud, transformaria sua estrutura pulsional. O que mudaria completamente a relação indivíduo e sociedade.

Referências

ADORNO, T. *Dialética Negativa*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, T. *Die Aktualität der Philosophie*. In: *Philosophische Frühschriften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.

ADORNO, T. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, T. *Indústria cultural*. Trad. Vinícius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ADORNO, T. *Introdução à Sociologia*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ADORNO, T. *Theodor W. Adorno: Textos escolhidos*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Ática, 2006.

COHN, Gabriel. *Apresentação à edição brasileira: A sociologia como ciência impura*. In.: *Introdução à Sociologia*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Unesp, 2008. (Coleção Adorno).

FREUD, Sigmund (1939 [1934-38]). *Moisés e o monoteísmo*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. (1930 [1929]). *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund (1921). *Psicologia de grupo e análise do ego*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund (1913 [1912-13]). *Totem e tabu*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

DUNKER, Cristian. *Apresentação à edição brasileira*. In: ADORNO, T. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Trad. Verlaine Freitas. São Paulo: Editora Unesp, 2015. (Coleção Adorno).

JAY, Martin. *A Imaginação Dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

ROSE, Gillian. *The Melancholy Science: An introduction to the thought of Theodor Adorno*. London: Verso, 2014.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Teoria crítica e psicanálise*. 5 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

SAFATLE, Vladimir. *Dar corpo ao impossível: O sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*. Belo Horizonte: Autêntica: 2019.

Recebido em: 07/2023
Aprovado em: 08/2023